Aviso n.º 11 095/2005 (2.ª série). — Concurso de ingresso de faroleiros técnicos de 1.ª classe (grupo 6) do quadro do pessoal militarizado da Marinha. — Nos termos do despacho n.º 41/83, de 4 de Maio, do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, faz-se público que, por despacho do contra-almirante director do Serviço de Pessoal de 9 de Novembro de 2005, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso, concurso de ingresso de faroleiros técnicos de 1.ª classe para provimento de uma vaga.

1 — Condições de admissão — são admitidos ao concurso os cidadãos nacionais que satisfaçam as seguintes condições:

- a) Não terem idade inferior a 21 anos nem superior a 35, salvo quanto ao limite máximo, se for militar dos quadros permanentes da Armada;
- b) Terem prestado serviço militar e possuírem boas informações durante o mesmo;
- c) Estarem livres de culpa no registo criminal ou não terem sofrido pena que os iniba do exercício de funções públicas, salvo quando reabilitados nos termos da lei;
- d) Terem como habilitações literárias mínimas qualquer dos cursos abaixo indicados:
 - 1) Curso de formação de sargentos electrotécnicos ou os cursos similares, antecedentes ou posteriores, ministrados nos estabelecimentos de ensino da Marinha;
 - 2) Curso completo de rádio-montador, ministrado em estabelecimento de ensino militar;
 - 3) Curso completo de rádio-montador das escolas técnico-profissionais;
 - 4) 9.º ano de escolaridade ou equivalente e prática comprovada de trabalhos no campo da electrónica aplicada;
- e) Estarem autorizados a concorrer quando for caso disso;
- f) Possuírem a robustez física necessária ao desempenho das funções, não sofrerem de doença contagiosa e terem cumprido as disposições legais quanto a vacinações obrigatórias.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições contidas nos Decretos-Leis n.ºs 282/76, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 297/78, de 29 de Setembro, e 191/84, de 8 de Junho, nos despachos do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.ºs 42/98, de 8 de Setembro, 41/83, de 4 de Maio, e no despacho n.º 39/MDN/85, de 1 de Março, do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido para o preenchimento da vaga mencionada e das que vierem a ser consideradas necessárias no prazo de dois anos a partir da data da publicação da lista dos candidatos aprovados.

4 — Local de trabalho — Direcção de Faróis, em Paço de Arcos.

5 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional genérico dos lugares a preencher consiste na instalação e manutenção dos equipamentos de sinalização marítima e rádio-ajudas conforme os procedimentos e normas em vigor na Direcção de Faróis.

6 — Formalização das candidaturas — os candidatos deverão fazer a entrega ou remeter à Repartição de Militarizados e Cíveis da Direcção do Serviço de Pessoal, Praça da Armada, 1350-027 Lisboa, pessoalmente, por via postal ou através das capitánias dos portos ou outras unidades e serviços da Marinha, requerimento em papel comum nos termos da minuta seguinte:

Ex.^{mo} Sr. Contra-Almirante Director do Serviço de Pessoal:

... (nome), nascido em .../.../..., ... (estado civil), ... (identificação militar — número, posto e especialidade), na situação de ... (activo ou reserva), morador em ... (domicílio completo para onde deseja que se envie a correspondência), titular do bilhete de identidade n.º ..., emitido em .../.../..., pelo Arquivo de Identificação de ... (local da emissão), requer a V. Ex.^a que seja admitido ao concurso de admissão de faroleiros técnicos de 1.ª classe do quadro do pessoal militarizado da Marinha (grupo 6), aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de .../.../..., declarando, sob compromisso de honra, encontrar-se nas seguintes condições:

- a) Tem ... anos de idade;
- b) Satisfaz os requisitos necessários quanto a informação e classe de comportamento, no respeitante a prestação de serviço militar;
- c) Está livre de culpa no registo criminal e não sofreu pena que o iniba do exercício de funções públicas;
- d) Possui como habilitações literárias ...;

- e) Cumpriu as disposições legais quanto a vacinações obrigatórias e não sofre de doença contagiosa;
- f) Está autorizado a concorrer, conforme publicado na OP2, n.º ..., de .../.../..., ou aguarda despacho ao seu pedido para poder concorrer (declaração a prestar só por pessoal no activo).

Pede deferimento.
... (data e assinatura).

6.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados de:

- a) Nota de assentamentos ou assentos do serviço militar;
- b) Facultativamente, poderão apresentar quaisquer documentos de habilitações de natureza técnica proveitosas para a especialidade de faroleiros técnicos.

7 — Método de selecção:

7.1 — Os candidatos admitidos a concurso serão submetidos a provas com o programa abaixo indicado:

- a) Provas escritas e orais;
- b) Provas práticas.

7.2 — Programa das provas escritas e orais:

- a) Matemática e física — além do programa do 9.º ano de escolaridade ou equivalente, deverão satisfazer o questionário:

Operações em vectores;
Noções básicas de trigonometria plana. Funções circulares;
Resolução do triângulo rectângulo;
Logaritmos — noções fundamentais;
Princípios de composição harmónica. Teorema de Fourier;
Piezoelectricidade. Magnetostricção;
Trabalho. Energia. Potência. Conservação e transformação de energia. Rendimento;
Física básica aplicada aos semi-condutores;
Lógica digital;
Óptica. Leis e princípios fundamentais;

- b) Electricidade e electrónica:

Electricidade geral. Leis fundamentais;
Acumuladores eléctricos;
Magnetismo. Electromagnetismo;
Corrente contínua. Circuitos;
Corrente alterna. Circuitos. Fenómenos transitórios e de ressonância;
Componentes de circuitos eléctricos. Princípios de utilização;
Aparelhos de medida;
Princípios de funcionamento de máquinas eléctricas de corrente contínua e de corrente alterna. Condução e conservação;
Emissão termoiónica. Válvulas diversas. Circuitos básicos de rectificação e amplificação. Reguladores de voltagem;
Osciladores;
Modulação. Detecção;
Sistemas de controlo com realimentação negativa;
Circuitos de formação de ondas. Limitadores, referenciadores, etc.;
Semi-condutores. Circuitos que empregam;
Transistores bipolares e de efeito de campo;
Diodos. Tiristores. Zeners;
Fotodetectores. Fonte de luz e dispositivos optoelectrónicos;
Noções básicas de calculadores analógicos e digitais;
Circuitos integrados: lineares, digitais e amplificadores operacionais;
Microelectrónica;
Microprocessadores;
Aparelhagem de prova. Osciloscópios. Geradores de sinais. Analisadores de sinais, etc.;
Funcionamento de radares, ideias gerais. Responderes;
Filtros e atenuadores;
Propagação de micro-ondas. Linhas de transmissão, guias de ondas, cavidades ressonantes, antenas VHF e UHF.

7.3 — Programa das provas práticas — trabalhos destinados a avaliar a capacidade dos candidatos para a realização de trabalhos oficiais especializados de manutenção, do seguinte teor:

Reparação e ajustamentos em equipamentos eléctricos e electrónicos em uso nos faróis, com utilização de aparelhagem adequada;

Provas de equipamentos e de sistemas, especialmente medição de sensibilidade, de relação sinal-ruído, de estabilidade de frequência, de potência de saída, de coeficiente de ondas estacionárias, análise espectral, avaliação de factores de mérito, etc., conforme apropriado aos tipos de equipamento.

7.4 — As provas no número anterior são prestadas na Direcção de Faróis em Paço de Arcos.

8 — Sistema de classificação:

a) Ordenamento classificativo:

- 1) As provas são classificadas de 0 a 20 valores;
- 2) As classificações finais dos candidatos são obtidas das médias ponderadas das classificações das provas, afectadas com os seguintes coeficientes:

Provas escritas — 3;
Provas orais — 2;
Provas práticas — 1;

b) Lista de classificação:

- 1) São considerados aprovados os candidatos que tiverem obtido classificação igual ou superior a:

8 valores em qualquer das provas oral ou escrita;
10 valores na prova prática;
10 valores como classificação final;

- 2) O ordenamento dos candidatos aprovados será feito por ordem decrescente das suas classificações finais;
- 3) Em circunstâncias de igualdade de classificação, são factores de preferência, sucessivamente:

Prestar ou ter prestado serviço militar na Armada;
Melhores habilitações literárias;
Melhor nota obtida na prova prática;
Elementos constantes das notas de assentamentos;
Menor idade.

As condições de admissão terão de ser comprovadas quando os candidatos forem convocados para o preenchimento das vagas.

9 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

10 — Serão encargos dos candidatos as despesas inerentes às deslocações aos locais de realização das provas, exames médicos e outros.

11 — Constituição do júri:

Presidente — CMG Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira.

1.º vogal — CFR João Ribeiro Nobre da Silva Ramos.

2.º vogal — 1.º TEN SEE Manuel Oliveira dos Santos.

Secretário — MAQ 2.ª classe Jorge Miguel Pires Ferreira.

21 de Novembro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Deliberação n.º 1589/2005. — Nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º e do artigo 69.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de major-general o COR TIR 14207768, Edo-rindo dos Santos Ferreira, conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior em 28 de Setembro de 2005, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 3 de Novembro de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o oficial general promovido conta a antiguidade do novo posto desde 28 de Setembro de 2005, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do MGEN 16450473, Luís Manuel dos Santos Newton Parreira.

9 de Novembro de 2005. — O Director, *Joaquim Fomeiro Monteiro*, major-general.

Deliberação n.º 1590/2005. — Nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º e do artigo 69.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de major-general o COR TIR 03823372, José Artur Paula Quesada Pastor, conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior em 28 de Setembro de 2005, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 3 de Novembro de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o oficial-general promovido conta a antiguidade do novo posto desde 28 de Setembro de 2005, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do MGEN 14207768, Edo-rindo dos Santos Ferreira.

9 de Novembro de 2005. — O Director, *Joaquim Fomeiro Monteiro*, major-general.

Deliberação n.º 1591/2005. — Nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º e do artigo 69.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de major-general o CORTIR 11925973, Francisco António Correia, conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior, em 28 de Setembro de 2005, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, em 3 de Novembro de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o oficial general promovido conta a antiguidade do novo posto desde 28 de Setembro de 2005, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do MGEN 03823372, José Artur Paula Quesada Pastor.

9 de Novembro de 2005. — O Director, *Joaquim Fomeiro Monteiro*, major-general.

Deliberação n.º 1592/2005. — Nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º e do artigo 69.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de major-general o BGEN 09989572, Vítor Manuel Amaral Vieira, conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior em 28 de Setembro de 2005, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 3 de Novembro de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o oficial general promovido conta a antiguidade do novo posto desde 28 de Setembro de 2005, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do MGEN 11925973, Francisco António Correia.

9 de Novembro de 2005. — O Director, *Joaquim Fomeiro Monteiro*, major-general.

Deliberação n.º 1593/2005. — Nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º e do artigo 69.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de major-general o COR TIR 04794372, Rui António Faria de Mendonça, conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior em 28 de Setembro de 2005, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 3 de Novembro de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o oficial general promovido conta a antiguidade do novo posto desde 28 de Setembro de 2005, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do MGEN 09989572, Vítor Manuel Amaral Vieira.

9 de Novembro de 2005. — O Director, *Joaquim Fomeiro Monteiro*, major-general.

Deliberação n.º 1594/2005. — Nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 68.º e do artigo 69.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi graduado ao posto de major-general o COR TIR 02514472, Carlos